

**O FAZENDEIRO DE CAFÉ COMO REPRESENTANTE DE
CASA COMISSÁRIA
ESTUDO DE UMA CORRESPONDÊNCIA**

JOSÉ ÊNIO CASALECCHI

**O FAZENDEIRO DE CAFÉ COMO REPRESENTANTE DE
CASA COMISSÁRIA
ESTUDO DE UMA CORRESPONDÊNCIA**

JOSE ÊNIO CASALECCHI

O comissário figura no processo de financiamento e comercialização do café na posição intermediária entre o produtor e o exportador. Desde os primórdios da comercialização do café é uma presença necessária.

Era o financiador e o conselheiro do fazendeiro, recebendo o seu produto, suprindo as necessidades anuais da fazenda através do penhor agrícola. Exercia, segundo opinião de antigo comissário, “uma espécie de tutela amiga dos interesses dos fazendeiros”¹, dando-lhes recursos para trabalhar, dinheiro para aumentar as plantações, efetuar compra de mais escravos, chamando, não obstante para si um certo controle da vida do fazendeiro, como um modo de garantir a sua situação diante do devedor incauto.

A expansão dos negócios do café acarreta o aparecimento das Casas Comissárias, agindo como verdadeiros bancos regionais, dispensando créditos aos fazendeiros do interior. Estas Casas Comissárias dispunham de recursos de créditos possibilitando-lhe estocar o produto e realizar uma regularização da oferta. Tinham em relação aos preços do café uma posição altista.

(1) Conde de Avelar — A Função do Comissário, outrora, na produção do café, in *O Café no Segundo Centenário de sua Introdução no Brasil*, D.N.C., Rio de Janeiro, 1934, 2º vol., p. 946.

A hegemonia das Casas Comissárias passa a ser abalada no momento em que as casas exportadoras iniciam a sua penetração no mercado cafeeiro. “O exportador é o representante das grandes firmas estrangeiras. A sua penetração no comércio de café conta com a oposição dos ensacadores e comissários, mas a sua influência nunca é ameaçada e somente se consolida com o tempo”². A grande expansão da cultura cafeeira, exigindo sempre mais recursos monetários diminui a capacidade de resistência dos comissários. Acrescente-se a isto, a crise de 1896 em que há a queda dos preços do café e consequentes prejuízos para o fazendeiro, comissário e ensacador. Por outro lado, a política de saneamento iniciada por Murinho, procurando restabelecer o equilíbrio monetário, provoca a restrição das casas comissárias. Toda esta situação se apresentava favorável ao exportador, “único elemento ativo nesses anos de debacle. Fugindo ao esquema existente até então, ele vai ao interior dos Estados, penetra nas fazendas produtoras e adquire o produto diretamente”³.

Diante de tal concorrência, aos poucos, as Casas Comissárias vão desaparecendo e, na segunda década do nosso século, só as maiores e mais sólidas conseguem sobreviver.

As Casas Comissárias, na busca constante de novos fregueses, serviam-se de seus representantes — eram os compradores de café. Costumeiramente estes eram itinerantes, percorrendo várias regiões produtoras e fazendo “negócios com os fazendeiros. Dadas as linhas gerais, passemos aos pontos específicos revelados pela correspondência. Os aspectos a serem mencionados não são necessariamente incomuns. O que não é costumeiro é a utilização da correspondência como fonte de pesquisa e isto por dois motivos: a consulta a documentação dessa natureza nem sempre é facilitada e, nem todos tinham o hábito de escrever cartas e poucos o de preservar a correspondência. Por isso, pode-se afirmar que as relações entre o fazendeiro-representante e a casa comissária certamente nada incomuns são, no entanto, pouco conhecidas. O representante em exame, Carlos Leôncio Magalhães (Nho-nhô Magalhães) fornece através de sua correspondência particular um rico manancial de informações com cerca de seis mil cartas arquivadas e de fácil acesso⁴.

Do exame desta correspondência (de natureza diversa) pudemos constatar que, no que se refere à comercialização do café, ao lado do conhecido comprador itinerante das Casas Comissárias aparecia o *comprador local*. A sua tarefa não deveria absorver todo o seu tempo. Ao lado de épocas em que as atividades eram

(2) CARONE, Edgard — *A República Velha*, Difel, São Paulo, 1970, p. 37.

(3) CARONE, Edgard — *A República Velha*, Difel, São Paulo, 1970, p. 37.

(4) Carlos Leôncio Magalhães foi fazendeiro de café na região de Araraquara, fundador da Companhia Industrial, Agrícola e Pastoril D'Oeste de São Paulo com uma área de 25 mil alqueires, dono de Casa Comissária, dedicando-se a atividades financeiras e comerciais na cidade de São Paulo, até 1931.

mais intensas – envio do café depois da safra, procura de novos fregueses entre outubro e dezembro, etc. – existia etapa em que não havia o que fazer. Por isso, o representante local deveria ter mais de uma atividade, não estando permanentemente por conta da Casa Comissária. Por outro lado, seria alguém que tivesse prestígio local, podendo usar de suas amizades, além de conhecer os problemas da cultura cafeeira. Somava todos esses atributos o fazendeiro de café, daí encontrarmos como representante de uma Casa Comissária na região de Araraquara, Carlos Leoncio Magalhães, um dos seus mais destacados cafeicultores.

Pela correspondência estudada, o cargo de representante de Casa Comissária deveria ser cobiçado, pois estas são as palavras de Magalhães em resposta aos comissários: “peço que me consintam que me julgue honrado do cargo que me confiaram”. Uma vez representante, caberia ao escolhido a tarefa de arregimentar fregueses para a “sua Casa Comissária”. Sendo ele próprio fazendeiro, era tratado como um igual pelos novos clientes, jamais um estranho que aparecia de quando em vez. Tendo residência fixa, seria facilmente encontrado em caso de dúvidas e reclamações. Nesse contacto inicial com o futuro consignador de café, o nosso representante fazia questão de se reportar aos laços de amizade que o ligavam ao provável cliente: “As nossas velhas amizades dão lugar a que eu lhes dirija esta, pois sendo hoje representante de uma boa casa comissária...” (31-05-1905) “Pelo nosso mui distinto amigo Abílio, sei que o amigo está nas condições de poder ser fregues da Casa...” (31-05-1905); “como estamos em princípio de safra e como promessa é dívida, e tratando-se de um amigo velho a quem muito considero, não temo ser importuno...” (06-06-1906); “...e na dependência de bons amigos para poder ter a estima dos patrões (refere-se à Casa Comissária), sei que o amigo não mandou café...” (07-06-1906); e finalmente: “Tenho uma dívida de gratidão, pois o amigo foi muito cavalheiro comigo atendendo ao meu pedido que lhe fiz de consignar algum café...” (15-07-1906).

A outra preocupação do representante da Casa Comissária era fazer as melhores recomendações desta. As fraudes deveriam ser costumeiras. Daí: “Eu represento uma casa de moços distintos e sobretudo de moços muito sérios (20-08-1905); “...creia-me eu considero até uma felicidade ser fregues da Casa Pinto e Almeida tão boa e tão séria é ela” (31-05-1905); “...nossa casa, verdade seja dita, é excepcional, nunca o amigo terá ocasião de se queixar, seus cafés serão escrupulosamente vendidos e os compromissos cumpridos à risca” (24-08-1905); “Pinto de Almeida são caprichosos em suas contas e zelosos de seu nome” (24-10-1906).

Além disso, Magalhães procurava ligar a sua idoneidade à da Casa Comissária: “Se não fosse a primeira de Santos e se não fosse assim eu absolutamente não me sujeitaria a apresentá-la aos amigos” (31-05-1905) “a casa e das melhores, basta o amigo ver que eu não me satisfaria a trabalhar para uma casa que não fosse de primeira ordem, composta de homens sérios e de bons amigos,

tenho angariado uma freguesia de primeira ordem e desejo ver os amigos dentre eles” (07-07-1905); e finalmente: “Não preciso fazer reclame da Casa e o maior reclame é o fato de eu representá-la, pois meu amigo sabe que eu por hipótese alguma não me sujeitaria a pedir para uma casa duvidosa” (24-10-1906).

Uma vez confirmado o fregues, a Casa Comissária enviava a quantidade de sacas necessárias para serem devolvidas com o café.

Iniciava-se nesse momento mais uma relação entre o representante da Casa Comissária e o fazendeiro. Como era de costume, os comissários adiantavam dinheiro ao fazendeiro, cujo pagamento se efetuaria com o envio da safra, garantindo muitas vezes a dívida com a hipoteca de propriedades — sítios, casas, a própria fazenda. Neste particular o representante-fazendeiro era de muita valia: conhecia, como produtor, os problemas da lavoura, avaliando com relativa facilidade e segurança a situação dos cafezais, poderia obter informações da situação econômica do fazendeiro, além de poder fornecer dados precisos do valor e condições das hipotecas. Acompanhemos a correspondência: “Quanto ao Sr. Antonio S. Placeres, sou informado que conquanto homem sério, tem a vida muito atrapalhada” (18-08-1905); “...precisa de uns 12 contos até dia 13 de setembro e mais uns 4 até a colheita e pagará tudo com a próxima colheita” (24-08-1905); “...esse senhor está em boas condições financeiras e tem muito que garantir sobejamente os 22 contos que pede, podendo mesmo pagar com o café que tem, temo porém que ele não cumpra o que tratou e isso pelo fato de ser muito volúvel” (01-08-1905); “Consultou-me hoje o Sr. Crisóstomo de Oliveira se a Casa poderá arranjar-lhe uns 10 contos, dá hipoteca do sítio e diz que tem 6 a 8 mil arrobas de café para remeter para o ano” (24-08-1905); “Tenho do Sr. Luiz Augusto do Amaral as melhores informações, consta mesmo que não tem compromisso de espécie alguma” (24-08-1905).

Apesar de Carlos Leôncio Magalhães estar preocupado, como afirmava, em oferecer à Casa Comissária “uma freguesia limpa e muito independente”, não conseguiu evitar alguns dissabores em suas relações com os fazendeiros e com a própria Casa. Assim: “...quando consegui dele 2 mil arrobas de café foi por sabê-lo folgado, pois não peço café a necessitados, jamais pensei que ele viesse a precisar de 22 contos” (01-08-1908); “...infelizmente baldados todos os esforços que fiz para conseguir alguma coisa, de momento não se conseguirá absolutamente nada, cheguei a reduzir a dívida pela metade.” (15-02-1905). Outro problema encontrado pelo representante era aquele em que o fazendeiro tomava emprestado da sua casa comissária e enviava café a outro comissário. É verdade que “esta bandalheira toda” não era comum, pois a Casa Comissária tinha meios para se garantir. Acontecimentos desta ordem, poderiam ser explicados pela liberdade que a Casa Comissária dava ao seu representante-fazendeiro, um homem de sua confiança que tinha o encargo de resolver “de pronto certos negócios que só dão interesse à Casa” (24-08-1905).

Além desses aspectos mais diretamente ligados às relações fazendeiros-comissários, a correspondência nos revelou outros dados relativos à comercializa-

ção do café. Pudemos perceber a concorrência de Casas Comissárias na região, procurando cada uma arregimentar maior número de fregueses: “Apareceu aqui novamente o viajante da Orozimbo, Lema e Cia. Garante a torto e a direito e a todo mundo 700 réis em 10 quilos acima da base do dia aí”; “... o viajante foi à casa do nosso fregues, tanto fez que ele dividiu uma partida nossa com eles”.

Diante de tal concorrência Magalhães procura agir em favor da Casa Comissária: “A freguesia do Bonetti creio que para o ano é nossa inteirinha e um pouco já este ano” e ainda vai mais longe: “...meu principal negócio é agenciar para a Casa e tanto assim que já tenho uns 4:500\$000 esparramados, que particularmente tenho dado, sob condições de pagarem em café que consignarão à nossa Casa, e alguns desses cafés já tenho aqui entulhados” (03-09-1908).

Esta concorrência entre as Casas Comissárias evidencia que, apesar da presença das grandes exportadoras cujos representantes percorrem as fazendas comprando café, e, da criação, em 1895, da Companhia Paulista dos Armazens Gerais, ligada à Johnston Co., uma das maiores, senão a maior exportadora do nosso café, instalando armazéns em Campinas, São Manuel, Ribeirão Preto, São Carlos e Jaú, as Casas Comissárias permaneciam em atividade. Não resta dúvidas que a sorte das Casas Comissárias era o gradual desaparecimento diante da concorrência das Companhias Exportadoras. Em 1912, através da correspondência em análise podemos perceber que a crise era profunda: “Se ouvires falar em graves quebradeiras aqui (refere-se a São Paulo) e em Santos não te impressões, pois há muita casa doente e café vem para baixo”, “a quebradeira vai principiar já...” (2412-1912). Posteriormente afirma: “há muita casa doente em Santos”. Estes dados comprovam, em oposição a algumas opiniões⁵, que mesmo após a crise do fim do século, as medidas de Murtinho e ao aparecimento das grandes firmas exportadoras, as Casas Comissárias — e não estamos pensando nas maiores — continuam a existir, mesmo que perdendo terreno, até o início da segunda década do nosso século⁶.

Em suma, as cartas escritas por Carlos Leôncio Magalhães, na qualidade de representante ou agenciador de café, nos esclarecem alguns aspectos da tradicional comercialização do nosso café, assunto, de resto, ainda pouco estudado.

(5) Para Antonio Delfim Neto — *O Problema do Café no Brasil*, Boletim da Faculdade de Ciências Econômicas da U.S.P., 1959, as casas comissárias desapareceram depois da reforma de Murtinho.

(6) Havia 57 casas comissárias em Santos em fins do século XIX, 86 em 1910; 45 em 1930. Lopes, Betralda — *Comércio Café Através do Porto de Santos (1870-1974)* Anais do Segundo Congresso de História de São Paulo, São Paulo, 1974.